

TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR NO CONTEXTO ESCOLAR: HÁ CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS PARA O ACESSO PLENO?

Cecília Dias de Paiva¹
Renan Filho Martins¹
Vitor José Soares Martins¹
Yuri Gabriel de Souza Macêdo¹
Allana Vitoriano de Queiróz¹
Sirlon Martins da Silva²

sirlonsemiotica@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

Este artigo discute a inclusão de alunos diagnosticados com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no ambiente escolar, analisando os desafios enfrentados por essas crianças e os obstáculos para sua plena integração. A Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito de todos, mas o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desigualdades e barreiras, especialmente no que se refere à educação inclusiva. O TOD, caracterizado por comportamentos desafiadores e irritabilidade, pode prejudicar o desempenho acadêmico e social dos alunos, exigindo abordagens pedagógicas específicas e o apoio da escola, da família e dos profissionais de saúde. A pesquisa destaca que, embora o diagnóstico e tratamento do TOD envolvam medicação e psicoterapia, a inclusão efetiva depende de práticas pedagógicas adaptadas, como atividades lúdicas e pactuação de regras, além da necessidade de capacitação docente e suporte adequado. Contudo, a falta de recursos e o preconceito nas escolas ainda representam desafios significativos. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender a relação entre o diagnóstico do TOD e a efetividade da inclusão escolar. O artigo ressalta que, para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, é crucial que a escola, a família e outros profissionais trabalhem em conjunto, considerando o contexto social e emocional do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: TOD; patologização; inclusão; escola; medicalização.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, aponta a educação como direito social de todos e dever do Estado e da família, promovendo um desenvolvimento pleno do indivíduo, seu preparo para o exercício do direito à

¹ Acadêmica(o) de Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicólogo Especialista e Professor do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

cidadania e sua qualificação profissional. Concomitante, no artigo 206, acrescenta a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como princípio para a educação (Brasil, 1988).

Faz-se necessário perceber as desigualdades presentes no contexto educacional no Brasil como resultado de um processo sócio-histórico (Diniz; Oliveira, 2022). A educação inclusiva surge como um enorme desafio, mesmo com os avanços na educação ao longo da história, principalmente em relação não apenas a integração do aluno com deficiência e/ou transtorno, mas no estabelecimento de relações que favorecem o atendimento igualitário para todos (Bueno *et al.*, 2023).

Bardini e Moreira (2021, p. 69), discorrem que ao tentar normatizar os comportamentos e dificuldades, a escola acaba patologizando o aprender. Apontam que, ao longo dos anos, vem crescendo no meio educacional como forma de justificar problemas na aprendizagem e que, no ponto de vista da educação inclusiva, o apoio ao aluno com deficiência e/ou transtorno geralmente vêm somente associado a diagnóstico prescrito e comprovado por laudos médicos.

Juntamente com este diagnóstico, a vida do indivíduo patologizado se resume a um mundo medicalizado e terapêutico interminável, na busca da uma cura e da normalidade. Alunos passam de aprendizes a pacientes, perdendo seus traços originários (Bardini e Moreira, 2021).

A infância é uma fase favorável para o aprendizado e estimulação em todos os aspectos do indivíduo (emocional, cognitivo, social e físico), assim sendo, o ambiente tem um papel importante no desenvolvimento pleno da criança. Dessa forma, um aluno com Transtorno Opositor Desafiador (também denominado TOD) necessita de estímulos para o seu processo de aprendizagem, podendo ter repercussões positivas ou não dependendo do meio em que está inserido. É pertinente que adaptações sejam tomadas para que não seja comprometida sua vida social e acadêmica, tendo os professores um papel importante no seu desenvolvimento educacional (Bezerra *et al.*, 2024).

O objetivo deste trabalho é analisar como ocorre a relação do diagnóstico de TOD com o processo de inclusão do aluno diagnosticado no ambiente escolar e investigar se esse processo é efetivo ou se possui barreiras a serem enfrentadas, como o preconceito e os estigmas.

Trabalhos como este são importantes para fomentar mais estudos relacionados ao processo de inclusão e a formação de uma educação realmente para todos, baseada em um olhar holístico para o desenvolvimento da criança/adolescente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) é caracterizado por um padrão persistente de irritabilidade, desafio e hostilidade a figuras de autoridade, indo além do comportamento opositor típico. Quando frequente e intenso, pode prejudicar a vida social e acadêmica, exigindo estratégias específicas de manejo (DSM-5, 2013).

Ele normalmente surge na infância e pode anteceder o Transtorno de Conduta, embora nem todas as crianças evoluam para esse quadro. Além disso, aumenta o risco de ansiedade e depressão, com sintomas desafiadores ligados ao Transtorno de Conduta e a irritabilidade associada a transtornos emocionais. Na vida adulta, o TOD pode causar dificuldades interpessoais, baixo desempenho acadêmico e maior vulnerabilidade a transtornos psiquiátricos (DSM-5, 2013).

Já o Transtorno de Conduta envolve um padrão constante de comportamentos inadequados que quebram regras sociais e, muitas vezes, a lei. Esse transtorno é mais comum em meninos e costuma surgir em crianças maiores de dez anos. As pessoas com esse transtorno tendem a se envolver em comportamentos arriscados e, em alguns casos, até ilegais, sem demonstrar remorso ou preocupação com as consequências de suas ações. Elas frequentemente não percebem o impacto negativo que causam aos outros e têm dificuldade em aprender com os erros (Bordin e Offord, 2000).

O DSM-5 esclarece que, apesar do TOD e o Transtorno de Conduta envolverem conflitos com figuras de autoridade, os sintomas do TOD são menos graves, sem agressões ou comportamentos criminosos. No entanto, o TOD pode causar danos semelhantes ou maiores, incluindo problemas de regulação emocional, como raiva e irritabilidade, ausentes no Transtorno de Conduta (DSM-5, 2013).

Para alunos com TOD, aprender é um grande desafio devido à inquietação e dificuldade de concentração. Isso prejudica seu desempenho escolar, resultando em reprovações frequentes, já que eles evitam atividades em grupo e rejeitam ajuda de professores e colegas. Essa situação afeta não só seu aprendizado, mas também o

dos colegas e sobrecarrega os professores, podendo impactar sua saúde física e mental (Silva, 2017).

Conforme Bezerra *et al.* (2024), o diagnóstico deve ser realizado por um profissional especializado em saúde mental. O tratamento envolve três frentes principais: a medicação, que auxilia na regulação emocional, ajudando o indivíduo a lidar melhor com frustrações; a psicoterapia, que trabalha mudanças comportamentais, especialmente no ambiente familiar e escolar; e o suporte escolar, que reforça o engajamento do aluno nas regras e na convivência. Embora o transtorno não tenha cura, com o acompanhamento adequado, é possível controlar os sintomas e melhorar a maneira de lidar com comportamentos desafiadores. A parceria entre família e escola é crucial para promover o sucesso do tratamento, criando um ambiente de apoio e compreensão.

De acordo com Utzig e Balk (2023), as estratégias pedagógicas para alunos com TOD, como planejamento centrado no aluno, atividades lúdicas e pactuação de regras, têm sido utilizadas pelos professores. Contudo, há uma falta de suporte metodológico e de recursos humanos, especialmente para os educadores unidocentes, o que torna o trabalho mais desafiador. Mesmo assim, os docentes buscam alternativas para garantir o sucesso da aprendizagem. Por isso, é importante promover espaços de formação que ajudem os professores a adaptar seus métodos e incorporar tecnologias que respeitem as diferenças individuais, contribuindo para um ensino mais eficaz.

Existe uma escassez significativa de pesquisas e materiais sobre o Transtorno Opositor Desafiador no contexto escolar. Essa lacuna de conhecimento dificulta a compreensão e o manejo adequado do transtorno por parte dos educadores, que muitas vezes não têm as ferramentas necessárias para identificar e adaptar suas práticas pedagógicas a esses alunos. A falta de estudos aprofundados sobre o tema aponta para a necessidade urgente de mais investigações na área, a fim de oferecer suporte efetivo tanto para os professores quanto para os alunos, criando um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz. (Bezerra *et al.*, 2024).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através da pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa segundo Denzin e Lincoln (2018), é um

método cujo objetivo é entender um fenômeno pelas experiências e perspectivas de todos os participantes. Assim, frisando a importância do contexto, do ambiente e da subjetividade do indivíduo em suas ações e interações com o meio, possibilitando um entendimento rico e multifacetado de situações complexas e diversas.

Já a pesquisa bibliográfica é uma relevante metodologia utilizada no âmbito educacional, a partir do qual o pesquisador, por meio de conhecimentos já estudados, busca responder seu objeto de estudo e comprovar hipóteses. Trata-se de um método que demanda tempo e cuidado para analisar as obras publicadas relacionadas ao tema de estudo (De Sousa *et. al.*, 2021).

Este estudo foi desenvolvido para cumprimento das normas da Liga Acadêmica de Psicopatologia (LAPSI) do Centro Universitário Univértix. Além disso, o estudo contribui para a disseminação do conhecimento científico dentro da Psicopatologia, possibilitando uma reflexão crítica sobre aspectos envolvendo os diversos contextos humanos e as relações biopsicossociais envolvidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola, em seus primórdios, foi construída para atender determinados perfis de alunos, porém, atualmente, existe uma diversidade e pluralidade no âmbito escolar. A partir dessa perspectiva, há uma crescente demanda nas instituições de ensino para que recebam alunos com diferenças comportamentais, deficiências e transtornos (Utzig e Balk, 2023).

Para Launé, Rodrigues e Ottoni (2025), a escola tem o poder de promover a transformação social do aluno, através do conhecimento, estimulando o ensino e aprendizagem da criança, favorecendo seu desenvolvimento e auxiliando na formação de habilidades. A parceria família-escola agrega resultados positivos na trajetória escolar do estudante, através de diálogos e uma relação saudável, importantes para solucionar ou amenizar problemáticas.

Outros autores também destacam a importância de uma atuação colaborativa entre família e escola.

A atuação conjunta entre os pais e a equipe pedagógica tem um relevante papel, buscando entender sobre o TOD e suas peculiaridades, suas formas de tratamento, além de estratégias funcionais e inclusivas, de forma que seja possível atender as necessidades dos alunos. Para além, compreender que tais estratégias

não devem ser vistas como receita ou manual, dando lugar a uma construção com base nas experiências e vivências presentes no espaço escolar e, também, no meio familiar (Santos, Silva e Alencar, 2021).

Martins & Bandeira (2021) destacam que, após o diagnóstico clínico realizado por profissionais da saúde, ações psicopedagógicas e terapêuticas devem ser tomadas para além de contribuir na autorregulação das emoções e comportamentos, mas para prevenir a progressão do TOD para conflitos maiores, para impedir/reduzir problemas de aprendizagem.

Na atual conjuntura do ambiente escolar, Felix *et al.* (2022) apontam a escola como ainda sendo um ambiente homogeneizador, padronizando comportamentos, punindo quem destoa dos padrões (estigmatizando e patologizando), promovendo uma visão na sociedade de que a criança deve atender um modelo social específico.

Acrescentam que:

Ao adotar tal postura, a escola deixa de ser um local disseminador de práticas democráticas, formadora de indivíduos críticos e passa a ser um lugar em que as crianças se tornam sujeitos alienados, valorizados apenas pela sua produtividade e capacidade de se enquadrar em normas e padrões pré-instalados (Felix *et al.*, 2022).

Por outro lado, Barbosa & Bezerra (2021) enfatizam que a educação e o ensino devem ser visualizados como uma prática social e a escola como um espaço de pluralidade, ou seja, de acolhimento às diversidades. A Educação Inclusiva, como ferramenta, permite ao aluno aprender coletivamente e individualmente, respeitando sua singularidade, seu ritmo e interesse. Complementam dizendo que:

É diante desse fato que o sujeito com deficiência necessita de uma educação de qualidade que potencialize suas habilidades e proporcione a aprendizagem de novas, para que ele ocupe o seu lugar de cidadão de direitos na sociedade (Barbosa & Bezerra, 2021, p. 9).

A escola precisar estar pronta para atuar com os alunos com TOD, e não apenas agregá-los em sala de aula por tratar-se de um direito constitucional. É essencial que as instituições educacionais instruem seus colaboradores para que uma adaptação de qualidade seja realizada para os alunos com TOD, respeitando seus limites e oferecendo segurança (Menezes, Meneses e Duarte, 2022).

Felix *et al.* (2022), chamam a atenção para a concepção que os profissionais atuantes em educação têm sobre a criança e seu processo de desenvolvimento, para

que sejam criadas maneiras de visualizar o contexto social em que a criança está inserida de forma holística, analisando se há outras questões sociais ou biológicas que estejam impactando de forma negativa sua infância, visando uma promoção de saúde que vá impactar seu comportamento tanto no âmbito escolar, quanto no social e familiar; para além do encaminhamento médico. Mendes (2022) discorre que o docente deve atentar-se para fornecer um ambiente agradável e seguro, longe de possíveis estereótipos em relação ao estudante, além de oferecer rotinas consistentes para reforçar o aprendizado.

Faz-se necessária uma ação coletiva para que a inclusão de estudantes com TOD ocorra. Legislações como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fornecem diretrizes, porém a efetividade depende de outros fatores, como recursos financeiros, diálogo entre família e escola e capacitação profissional para os docentes (Launé, Rodrigues e Ottoni, 2025).

Bueno *et al.* (2023), apontam que a educação inclusiva implica em um caminho de respeito e consideração das diferenças dos alunos, em entender que os processos educacionais não podem ser iguais para todos, mas devem valorizar as diferenças, resgatando valores; o que ocasiona no respeito para a construção de uma educação realmente inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto ao longo do presente artigo, e com base na literatura, ainda existe muitos desafios a serem superados para que haja um acesso pleno a educação de qualidade para todos, uma vez que a escola, muitas vezes, pode ser um ambiente homogeneizante, não contribuindo para o desenvolvimento de todas as potencialidades do estudante.

Em contraponto, é inegável a importância da escola no processo de desenvolvimento da criança/adolescente, sendo necessárias mudanças constantes para adequar as ferramentas/metodologias para o atendimento da ampla demanda e pluralidade encontrada nas instituições.

Vale ressaltar que o cuidado para com os alunos com TOD não corresponde apenas a escola, mas parte de um trabalho em conjunto envolvendo todas as esferas presentes no meio em que o estudante está inserido, agregando um trabalho multiprofissional e um acompanhamento da criança/adolescente e sua família.

Estudos mais aprofundados na temática se fazem necessários para que novas estratégias sejam desenvolvidas para auxiliar nesse processo de promoção de saúde e educação tal qual descrito na Constituição Federal: direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5th Edition. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

BANDEIRA, J. de B.; MARTINS, T. C. A Psicopedagogia no atendimento de crianças com transtorno opositivo desafiador. **Caderno Intersaberes**, v. 10, n. 29, p. 163-179, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1854>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BARDINI, M. D. T. N.; MOREIRA, J. O Diagnóstico no Ambiente Escolar. In: IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 2021, Criciúma. **Anais. Criciúma**: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2021. p. 68-77. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/article/download/6967/5871#page=29>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BEZERRA, A. R. S.; MENDES, C. de S.; MAGALHÃES, J. H. G.; NASCIMENTO, A. M. do; ROAZZI, A. **Transtorno opositor desafiador (TOD) no contexto escolar: uma revisão da literatura**. Temas Livres em Educação e Humanidades: Celebrando o 5º Ano de Criação (2020-2024), v. 5, n. 01, p. 1-5, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/14143> . Acesso em: 08 mar. 2025.

BORDIN, I. A.; OFFORD, D. R.. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 12–15, dez. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E.M. L.Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**,

Araraquara, v. 18, n. 00, e023038, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17822>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BEZERRA, A. R. da S. *et al.* Transtorno opositor desafiador (tod) no contexto escolar: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Humanidades**, v. 5, n. 01, p. 59-80, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/14143>. Acesso em: 2 mar. 2025.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em 8 de mar. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **O Manual de Pesquisa Qualitativa da SAGE**. 5ª ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2018. Acesso em 4 mar. 2025.

DINIZ, M.; OLIVEIRA, C. M. de Q. A ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL: SEGREGAÇÃO E CAPACITISMO. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 16, n. 30, p. 323-341, 2022.

DOS SANTOS, B. T. do A.; DA SILVA, J. C. de F.; DE ALENCAR, G. P. Desafios e práticas inclusivas ao aluno com transtorno opositor desafiador na Educação Física escolar: um estudo de revisão integrativa. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 22, n. 3, p. 433-439, 2021. Disponível em: <https://revistaensinoeeducao.pgsskroton.com.br/article/view/9090>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FELIX, A. da R.; MARCIOLLI, H. D. de OL; MARCOS, A. E. M.. PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: USO PREJUDICIAL E INDEVIDO DE MEDICAMENTOS. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/KvUESLAifwxr1sU_2022-7-7-19-7-43.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

LAUNÉ, R. B.; OTTONI, R. C. O.; RODRIGUES, A. N. R. DIFICULDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR NA ESCOLA. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 1, n. 17, p. 331-345, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22815>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MENDES, L. C. Os desafios e práticas pedagógicas do professor em sala de aula com uma criança com transtorno opositor desafiador. **Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 2, p. 272-281, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/download/6326/4654>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MENEZES, P. O.; MENESES, K. O.; DUARTE, E. da S. O DESAFIO DO PROFESSOR NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TOD-TRANSTORNO

OPOSITOR DESAFIADOR. **Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 39, 2022. Disponível em: <http://revistas.faculdedefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1901>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SILVA, T. C. G. da. **Transtorno opositivo desafiador: como enfrentar o TOD na escola**. 2017. Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2017. Orientadora: Fabiane Muniz. Co-orientadora: Giselle Böger Brand.

UTZIG, S. M.; BALK, R. DE S. Transtorno Opositor Desafiador: estratégias e concepções pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de uma escola pública do município de Uruguaiana/RS. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 24, p. 329-350, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/18039> . Acesso em: 08 mar. 2025.